

Ensino de História: a construção de memórias e identidades urbanas.

Cláudia Engler Cury – UFPB.¹

Esta comunicação centra-se na análise do processo de instauração dos museus escolares e pedagógicos, do final do século XIX, e da criação dos museus nacionais, nos primórdios da república, no Brasil. A discussão a respeito da instauração dos museus refere-se aos esforços empreendidos pelo Estado e seus gestores² na constituição de um projeto de identidade nacional. Considerando que os interesses dos governos têm se constituído, historicamente, no Brasil, como espaços privilegiados de sistemáticas tentativas, de engendrar *identidades e memórias*³ nacionais, históricas, regionais e urbanas, é que nos propusemos a analisar, a estreita relação entre *política cultural* e sua capacidade de chamar para si, Estado, a própria idéia de *nação*. Procuramos evidenciar, neste estudo, a construção dos processos simbólico/ideológicos que envolvem a constituição de *memórias e identidades*, portanto de *brasilidades*, ao longo dos tempos históricos selecionados.

A apropriação realizada pelo Estado, das memórias e identidades sociais foi revertida, muitas vezes, na elaboração de uma história oficial. História essa “escolhida” para compor os livros didáticos de história e fazer parte dos currículos escolares. Diversos autores já chamaram atenção para a estreita relação entre a formação dos estados-nacionais⁴ e uma preocupação com o estabelecimento de patrimônios históricos culturais, como foi o caso clássico da França em 1789. Relação esta que orientou a definição de um projeto homogeneizador com relação à *identidade nacional*, consagrado por meio de manifestações e símbolos de caráter nacional em espaço público, bem como na formulação de projetos educacionais que atendessem ao mesmo fim. A tradição, instaurada pelos ideais liberais/iluministas do século XIX, influenciou outros países⁵ do mundo que pretenderam um investimento político-ideológico semelhante.

Um parte considerável dos historiadores do século XIX e, mesmo, do início do século XX, na Europa e na América e sua produção historiográfica estiveram comprometidas e compartilharam com os governantes a construção de uma *memória nacional*. Construção

esta que envolvia esquecimentos e ocultamentos em prol de *uma identidade nacional* e de *uma história oficial*.

No bojo das “concepções metódicas” de história foram criados, no final do século XIX, os museus etnográficos no mundo todo. O trabalho de Schwarcz (1995)⁶ identifica, para o Brasil, os anos de 1890, como a *era brasileira dos museus*, e do apogeu dos grandes museus internacionais. Vale ressaltar, entretanto, que os museus nacionais brasileiros não são uma *invenção* republicana, embora tenham se adequado muito bem aos propósitos da “nova nação” que estava sendo engendrada. Os museus nacionais foram criados sob orientação do ideário da monarquia local, como o Museu Nacional (1808), o Museu Paraense Emílio Goeldi (1866) e, nos primeiros anos da jovem república, o Museu Paulista (1894).

O estudo de Vidal (1999), ao analisar a organização dos museus no Brasil, no fim do século XIX, afirma que os museus escolares e pedagógicos são anteriores à criação dos grandes museus de caráter nacional e estabelece uma diferença entre a escola, os museus e arquivos na construção de seus papéis como “lugares de memória”, afirmando que:

“A escola, diferentemente do museu ou arquivo, não seria constituída como um ‘lugar de memória’. Ruptura com os valores comunais e instauradora de uma nova racionalidade, a escola produzia um presente que negava a continuidade com o passado. Ao traçar as linhas de sua identidade, diferenciando-se do espaço doméstico e do religioso, a escola desterrava as práticas do ontem: nem repetir, nem venerar o passado pelo trabalho da memória. Por isso, passava a abrigar bibliotecas e museus escolares, esses sim, pequenos ‘lugares de memória’, encravados na nova instituição”. (VIDAL 1999:109)⁷

Podemos dizer que os museus etnográficos, os museus escolares (pensados para os educandos) e os museus pedagógicos (pensados para a formação dos mestres), obedeceriam todos a mesma lógica: a da instauração do paradigma da modernidade, cujo princípio era o da razão instrumental capaz de isolar, estudar e estabelecer leis para o conhecimento da natureza. Os museus escolares foram inspirados nos museus etnográficos e sua montagem e organização baseadas numa espécie de *pedagogia do olhar* como afirma Vidal (1999:114). Os objetos deveriam ser olhados através dos armários com vidros ou pelas mãos dos mestres. As Escolas Normais que preparavam os futuros professores e

utilizavam o método intuitivo, no final do dezenove, deveriam ter como preocupação a organização de museus escolares que pudessem dar a conhecer a natureza. Não se aprende mais, somente pela palavra e sim, pela observação direta dos fenômenos naturais.

O Museu Histórico Nacional, instaurado em agosto de 1922, por decreto assinado pelo então Presidente da República, Epitácio Pessoa, vai estabelecer-se juntamente com os demais museus nacionais como “lugares de memória”, que tentaram desenhar a história oficial. O ano de 1922 passará para a história como um ano emblemático na constituição da memória oficial por ter sido o ano da Semana de Arte Moderna e o das comemorações do Centenário da Independência. O Museu iniciou suas atividades em outubro do mesmo ano, participando, com duas salas, da Exposição do Centenário da Independência do Brasil⁸.

Em *A Memória Cidadã*, comentando a respeito da exposição Internacional do Centenário da Independência em 1922, o autor apresenta a seguinte perspectiva de análise para o mesmo tema:

“Ao lado da organização política dos Estados nacionais, no século XIX, verifica-se um verdadeiro processo de invenção do próprio passado nacional, tanto na literatura como nos livros de história, contribuindo, de maneira fundamental, para legitimação desses estados. Esse processo, porém, extrapolou o campo historiográfico e esteve presente em todas as construções imaginárias da nacionalidade, constituindo-se no substrato fundamental para a identidade do cidadão”. (SANTOS, 1997:37)⁹

Os anos de 1930: Mário de Andrade e a concepção dos museus municipais.

A sociedade dos anos de 1930, no Brasil, vislumbrou um cenário político-econômico, social e cultural cujo projeto político-ideológico¹⁰ daqueles que assumiram o poder, na esfera estatal, pretendeu romper com o período anterior, liderado pelas velhas oligarquias sob o comando de Minas e São Paulo, como também investiu ideologicamente na construção de uma “nova” nação ou na criação da “nação verdadeiramente”, configurando ações públicas de construção de projetos de *brasilidade*. Esse conjunto de pressupostos, visando à transformação do país, aliado ao projeto de “industrialização” e de “modernização” do modelo econômico vigente, agro-exportador, contribuiu com o debate político, econômico e cultural daquele período. Em nome desses ideais, se fez o movimento de 30, sob a

liderança do estadista capaz de colocar o Brasil *nos trilhos da modernidade*, conforme afirmavam os correligionários de Vargas.

É neste contexto histórico, brevemente descrito, que os dirigentes políticos formulam, pela primeira vez no Brasil (sob regime republicano), as chamadas políticas culturais, numa perspectiva preservacionista, “criando/inventando” *nosso* patrimônio histórico¹¹. Podemos dizer que dois segmentos da sociedade estavam envolvidos diretamente com esta temática. De um lado, vários grupos de intelectuais e, de outro, o estado varguista, não necessariamente em pólos opostos e, muitas vezes, como parceiros neste projeto.

Não foi exclusividade dos modernistas, grupo de intelectuais de maior visibilidade naquela época, o interesse pela proteção da arte colonial como “nossa” expressão artística *mais original e mais nacional* (ao que parece esta foi a razão pela qual o tema da preservação do patrimônio entrou na agenda dos meios intelectuais). Outros grupos, inclusive ligados ao movimento integralista, produziram documentação de teor aproximado, a respeito do tema.

Aliado às ações do Estado na área patrimonial estava em pauta à discussão sobre lugar que ocuparia a escola pública¹² no contexto pós trinta. Dentre as inúmeras formas que apresentou o pensamento liberal naquele período, destaco Fernando de Azevedo, redator do *Manifesto dos Pioneiros de 1932*, que pensava o projeto para uma escola pública capaz de realizar a difícil tarefa de unificação nacional. Cecília Meireles¹³ em suas crônicas a respeito de educação, no *Diário de Notícias*, entre 1930/32, firmava sua crença no papel da escola e dos propósitos da Educação Nova como responsável pelas mudanças necessárias para a sociedade como um todo:

“A escola é que sempre nos dirá o que somos e o que seremos. Ela é o índice da formação dos povos; por ela se tem a medida das suas inquietudes, dos seus projetos, das suas conquistas e dos seus ideais (Da Crônica “Nossas Escolas”, publicada no Diário de Notícias, na coluna – “Comentário” de 16/11/31)”

“A Nova educação tem, principalmente, essa vantagem: de não se dirigir apenas à escola, à criança e ao professor. Ela atua sobre a família, a sociedade, o povo, a administração. Ela está onde está a vida humana, defendendo-a, justamente, dos agravos que sobre ela deixam cair por interesses inferiores, esquecidos das altas

qualidades e dos nobres desígnios que definem a humanidade, na sua expressão total. (Da Crônica “A Responsabilidade da Imprensa”, publicada no Diário de Notícias, “Comentário” de 23/09/1930)”

Para este grupo de intelectuais, havia uma necessidade premente de se constituir, por meio da educação, as bases e os alicerces formadores do *novo cidadão*, cioso de seus direitos e deveres junto à pátria que *renasce*.

Bittencourt (1988)¹⁴, ao analisar a questão da construção da identidade nacional pela via da escolarização em *Pátria, Civilização e Trabalho*, nos remete aos livros e programas de história dos anos vinte e trinta do século XX, salientando o forte apelo às características de bravura do povo paulista, à medida que suas virtudes deveriam atuar como mecanismos para *suavizar* regionalismos e *realçar* traços nacionais do “povo brasileiro”, como de *caráter aventureiro, enérgico, resistente e ousado*.¹⁵ Portanto, o brasileiro deveria ter como referencial as características dos paulistas como padrão de *identidade nacional*¹⁶:

“Na medida em que os discursos dos políticos paulistas determinavam que São Paulo ‘era a locomotiva do Brasil’, o foco do progresso, da modernização, a *tradição dos bandeirantes*’ passou a incorporar ‘os valores de coragem, energia’, como explicativos do presente progressista. O bandeirismo continuava a moldar o ‘espírito do paulista’, omitindo-se no discurso o imigrante e o migrante dos demais estados brasileiros, determinando que trabalhador era o paulista”.

A autora lembra, ainda, que as *tradições inventadas* nesta época vão além do espaço e do universo escolar, tomando as ruas com paradas militares, desfiles dos escolares, festas públicas, de caráter cívico marcadas pelo tom de construção da identidade nacional. Aconteceu, simultaneamente, a esse investimento simbólico no universo escolar, a criação/determinação dos espaços de memória, com a construção de monumentos espalhados pela cidade, neste caso, a cidade de São Paulo. Sabemos que, com as mesmas características, em outras capitais brasileiras, como Rio de Janeiro, Recife, Belo Horizonte, também foram *sacralizadas* datas, heróis e lugares de memória.

Mário de Andrade, por exemplo, teve papel significativo neste contexto por ter elaborado o anteprojeto para a criação do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico

Nacional. No texto elaborado por ele, encontramos uma concepção para os *museus municipais* indicando que se fizesse a organização de acervos e se elaborassem os critérios de seleção das peças no interior das próprias municipalidades, com intervenção direta das populações locais. Esta é uma concepção bastante avançada para alguém que estava, inclusive, participando de um projeto que pretendia constituir uma política cultural para inventar, ou melhor, (re)inventar uma nação, o Brasil.

A concepção de museus, presente nos escritos de Mário de Andrade nos remete aos museus pedagógicos, com enfoque nas técnicas e desenvolvimento da produção dos homens e desta forma se explicariam os ciclos econômicos brasileiros. Os temas que deveriam servir para a criação dos museus pensados/sugeridos por Mário seriam: *café, algodão, açúcar, laranja, extração do ouro, do ferro, da carnaúba, da borracha, o boi e suas indústrias, a lã, o avião, a locomotiva, a imprensa, e outro*". Isto indica uma outra visão sobre os museus diferente daquela que mencionamos anteriormente: os museus comemorativos do século XIX. O anteprojeto¹⁷ apresentava uma concepção de museu municipal que deveria, segundo ele, atender aos interesses das *identidades locais*, em contraposição às especialidades dos museus nacionais, sugerindo um diálogo com a população local para levantamento de interesses para a criação de seus próprios museus municipais. Percebe-se, com a leitura do anteprojeto, uma preocupação com a coletivização do saber como parte das obrigações do Estado, na área da cultura, bem como uma aproximação desses museus com a Educação.

A preocupação em guardar a memória dos municípios esteve presente também, na atuação de Mário de Andrade, quando de sua nomeação, em 31 de maio de 1935, para o cargo de chefe da Divisão de Expansão Cultural e diretor do Departamento de Cultura e Recreação da cidade de São Paulo, em 04 de julho do mesmo ano. No ano seguinte, Mário vai criar o Arquivo Histórico, com um acervo de documentos para o município. Inspirado na experiência de Mário de Andrade, junto ao Departamento de Cultura em São Paulo foi criado, em 1975, o Departamento do Patrimônio Histórico (DPH) cujas primeiras atribuições

foram as de preservar e divulgar os documentos relativos à memória da cidade. Com o passar dos anos suas atribuições iniciais foram sendo ampliadas e a instituição ficou responsável pela implementação de políticas de preservação e valorização dos conjuntos documentais, dos acervos tridimensionais e do patrimônio edificado e ambiental de significado histórico e cultural¹⁸.

As memórias e identidades urbanas se (re)constróem, no interior de um processo dinâmico, que move os sujeitos, em um universo alimentado pelas relações afetivas, de trabalho, de lazer e de sensibilidades das mais diversas ordens. Esse processo de construção, realizado ao longo da história dos moradores de um bairro ou de uma cidade, associado aos projetos político-culturais sob responsabilidade do Estado, permite-nos compreender as tensões e conflitos que envolvem a construção de identidades, memórias e as histórias que se deseja construir e ensinar a respeito destes mesmos bairros, cidades e seus habitantes. Estas foram algumas das questões que este texto pretendeu levantar sem a pretensão de esgotar o tema, mas sim de fomentar outras reflexões e, quem sabe, outras pesquisas.

¹ claudiacury@terra.com.br – Professora Adjunta na área de Teoria e Metodologia da História do Departamento de História e do Programa de Pós-Graduação PPGH/ UFPB.

² As considerações feitas neste texto referem-se ao trabalho de pesquisa durante o doutorado, finalizado em 2002, na Faculdade de Educação da Unicamp. As questões aqui referidas sobre o período imperial foram possíveis, por meio, das atividades realizadas pelo Grupo de Pesquisa em História da Educação, na Parahyba Imperial. A Coordenação do grupo de pesquisa é compartilhada com o Professor Dr. Antonio Carlos Ferreira Pinheiro Programa de Pós-Graduação em Educação/UFPB e conta com a participação de alunos da graduação em História e da pós-graduação em Educação.

³ Os documentos analisados nesta pesquisa indicaram recorrências e apropriações das categorias em questão, *memórias, identidades e brasilidade* em cada um dos momentos históricos.

⁴ Há consenso entre os autores que consultamos em aceitar o século XIX como *consagrador* do modelo de estado moderno, estado-nacional ou estado-nação, construído nos diversos países europeus e americanos a partir de então.

⁵ Tomando como referência a análise de Cerri (2000:35/36)⁵ podemos dizer que, no Brasil também fomos “integrados” à mesma lógica de formação do estado-nacional que aconteceu simultaneamente com uma preocupação por parte dos gestores do Estado em construir uma *história oficial* a respeito da nação, pautada pela idéia de uma *identidade nacional*, que vai orientar os currículos escolares. CERRI, Luís Fernando. **Ensino de História e nação na publicidade do milagre econômico - Brasil: 1969-1973**. Campinas: Unicamp/Faculdade de Educação, 2000.287p. (tese de doutorado).

⁶ SCHWARCZ, Lilia Moritz. Os museus etnográficos brasileiros. ‘Polvo é polvo, molusco também é gente. In: _____, **O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil -1870-1930**. 3ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

⁷ VIDAL, Diana Gonçalves. “Por uma pedagogia do olhar: os museus escolares no fim do século XIX” In: VIDAL, Diana Gonçalves & SOUZA, Maria Cecília Cortez Christiano de (orgs.). **A memória e a sombra: escola brasileira entre o império e a república**. Belo Horizonte: Autêntica, 1999. A autora nos informa que duas reformas escolares “vão tematizar sobre a necessidade da constituição de bibliotecas e museus pedagógicos nos lugares onde existissem escolas normais”, a Reforma Leôncio de Carvalho, de 19/04/1879, e a de Ruy Barbosa, em 1882.

⁸ O Museu Histórico Nacional foi o primeiro a oferecer, no Brasil, um curso de Museologia.

⁹ SANTOS, Afonso Carlos Marques dos. Memória cidadã - História e patrimônio cultural In: **Anais do Museu Histórico Nacional**, volume 29, Edição Comemorativa dos 75 Anos de Fundação do Museu Histórico Nacional, Rio de Janeiro, 1977.

¹⁰ Ideologia não no sentido de *falsa consciência*, mas no do conjunto de idéias e crenças políticas que se configuram historicamente e que orientam determinados comportamentos políticos. Ver mais sobre o conceito no verbete *Ideologia* In: *Dicionário de Política*, de Norberto Bobbio. Vol. 1, 8a. edição, Ed. UnB, 1995, p.585.

Ver em Antonio GRASCI (1968:3/23), *Os Intelectuais e a Organização da Cultura*, mais especificamente no capítulo “A Formação dos Intelectuais”, a concepção desenvolvida pelo autor de *intelectual orgânico* e do papel dos intelectuais nesta esfera da vida política das sociedades.

¹¹ A Constituição de 1934, a primeira do período Vargas, afirma, em seu Art. 10, das disposições preliminares:

Art 10 - “*Compete concorrentemente à União e aos Estados:*

III. proteger as belezas naturais e os monumentos de valor histórico ou artístico, podendo impedir a evasão de obras de arte”.

¹² Há um interessante trabalho de análise do papel da escola e sua relação com a instituição das nações modernas republicanas que gostaríamos de sugerir. Lilian do VALLE (1997), *A Escola e a Nação - as origens do projeto pedagógico brasileiro*. Lembramos aqui o ideário escolanovista (*Manifesto dos Pioneiros de 1932*) para a educação, concebido na década de 20 do século XX que será parcialmente implementado por Vargas, na remodelação dos prédios escolares, no programa do livro didático e demais reformas que serão colocadas em prática para a educação e que, certamente, dialogam com o universo cultural do período cuja bandeira da modernização da sociedade brasileira através da Educação inspirou a criação do Ministério da Educação e Saúde Pública (MES).

¹³ Cecília Meireles está entre o grupo de vinte e seis intelectuais que assinam o *Manifesto dos Pioneiros de 1932*.

¹⁴ BITTENCOURT, Circe M. Fernandes. **Pátria, civilização e trabalho**: O ensino de História nas escolas paulistas (1917-1939). São Paulo: FFLCH-USP, 1988. (Dissertação de Mestrado).

¹⁵ Em Lilia Moritz SCHWARCZ (2001:125) encontramos referência a afirmação dos filiados ao Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo que já afirmavam em 1895: “A história de São Paulo é a própria história do Brasil”, no primeiro número da Revista do IHGSP em 1895.

¹⁶ Conforme Circe BITTENCOURT (1998), as características elencadas acima teriam sido retiradas dos objetivos pedagógicos da Escola Nova.

¹⁷ Fonseca (1997:110) informa-nos que esta proposta de Mário sobre museus foi realizada, parcialmente, pelo SPHAN, por meio da criação dos museus regionais na primeira década de existência do órgão.

¹⁸ O DPH, atualmente, está estruturado a partir de três divisões técnicas: o Arquivo Histórico Municipal, Iconografia e Museus, Divisão de Preservação e uma Divisão de Administração.